



ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Prestação de serviço de criação, implantação, suporte, treinamento, atualizações de software e tombamento patrimonial, voltado para controle e gestão e acompanhamento dos bens patrimoniais do município de Simões – PI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento nos termos da tabela abaixo, com o objetivo de garantir a plena conformidade com as necessidades e expectativas da contratante.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
01	<p>Prestação de serviço de criação, implantação, suporte, treinamento, atualizações de software e tombamento patrimonial, voltado para controle e gestão e acompanhamento dos bens patrimoniais do município de Simões – PI:</p> <p>Principais Funcionalidades Inventário e Tombamento:</p> <ul style="list-style-type: none">• Registro detalhado de cada item com número de patrimônio único (plaquetas), especificações técnicas, valor de aquisição e fornecedor.• Controle de Movimentação: Rastreamento de localização (departamentos ou unidades) e histórico de responsabilidade sobre o uso dos bens.• Gestão de Depreciação: Cálculo automático da perda de valor ao longo do tempo de vida útil dos ativos, alinhado às normas contábeis.• Manutenção Preventiva e Corretiva: Agendamento de reparos para preservar a operacionalidade dos ativos e evitar substituições prematuras.• Relatórios e Indicadores: Emissão de balanços patrimoniais, testes de recuperabilidade e indicadores de liquidez ou endividamento.	Serviço	01	R\$ 60.533,33	R\$ 60.533,33

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de criação, implantação, suporte técnico, treinamento, atualização de software e execução do tombamento patrimonial justifica-se pela necessidade de modernização, padronização e fortalecimento dos mecanismos de controle e gestão dos bens patrimoniais pertencentes ao Município de Simões – PI.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES
RUA JOÃO RAIMUNDO DE OLIVEIRA S/Nº - CENTRO, SIMÕES – PIAUÍ
CNPJ Nº 06.553.853/0001-37



Atualmente, a ausência de sistema informatizado integrado e de procedimentos padronizados para registro, acompanhamento e controle patrimonial compromete a confiabilidade das informações relativas aos bens móveis municipais, dificultando a identificação, localização, conservação e responsabilização pelo uso dos ativos públicos. Tal cenário favorece inconsistências cadastrais, riscos de extravio, subutilização de bens, deficiência nos processos de inventário e limitações na produção de relatórios gerenciais e contábeis.

A contratação pretendida visa solucionar tais problemas mediante a implantação de solução tecnológica especializada, capaz de proporcionar o registro detalhado dos bens patrimoniais, com geração de número patrimonial único (plaquetas), controle de movimentações entre setores, histórico de responsabilidades, gestão da depreciação conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, além do acompanhamento de manutenções preventivas e corretivas.

A necessidade também decorre da obrigação da Administração Pública de manter controle eficiente sobre seu patrimônio, observando os princípios da legalidade, eficiência, transparência, economicidade e accountability, previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021. Ademais, a correta gestão patrimonial constitui requisito essencial para atendimento às exigências dos órgãos de controle interno e externo, especialmente quanto à prestação de contas, elaboração de balanços patrimoniais e conformidade das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

A implantação da solução permitirá maior precisão e rastreabilidade das informações patrimoniais, redução de falhas operacionais, melhoria na tomada de decisões administrativas e fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e controle dos bens públicos municipais. Além disso, o treinamento dos servidores assegurará a adequada operacionalização do sistema, garantindo continuidade, eficiência e atualização permanente dos processos de gestão patrimonial.

Portanto, a contratação revela-se necessária e alinhada ao interesse público, na medida em que contribuirá diretamente para o aperfeiçoamento da administração patrimonial municipal, promovendo maior controle, transparência, segurança das informações e eficiência na gestão dos recursos públicos.

3. DA JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA LICITATÓRIA

A Dispensa de licitação é permitida em razão de um interesse público específico definido nos incisos previstos no art. 75 da Lei nº 14.133/2021 (rol taxativo), dentre eles, os incisos I e II tratam da chamada dispensa em



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES
RUA JOÃO RAIMUNDO DE OLIVEIRA S/Nº - CENTRO, SIMÕES – PIAUÍ
CNPJ Nº 06.553.853/0001-37



razão do valor. O inciso I permite a contratação direta para obras e serviços de engenharia ou serviços de manutenção de veículos automotores com valor inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Já o inciso II permite a contratação direta quando o objeto é de baixo valor e não se justifica a realização do certame, a saber:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Ressalta-se que os valores originais previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 foram atualizados pelo **Decreto nº 12.807/2025, com vigência a partir de 29 de dezembro de 2025**, de acordo com a variação do IPCA-E. Assim, para o **exercício de 2026**, os limites para dispensa de licitação passaram a ser de até **R\$ 130.984,20 (cento e trinta mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos)** para obras e serviços de engenharia ou serviços de manutenção de veículos automotores (inciso I), e de até **R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)** para os demais serviços e compras (inciso II).

A denominada dispensa de pequeno valor admite que a contratação se dê sem a submissão ao procedimento licitatório, por motivos óbvios. Muitas vezes, os custos diretos e indiretos são bem maiores que a potencial vantagem econômica produzida pela disputa licitatória.

No caso em questão, em razão do valor, verifica-se a incidência da Dispensa de Licitação com base jurídica nos **incisos II do art. 75 da Lei nº 14.133/21**, conforme a natureza do objeto contratado.

4. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Habilitação:

- a) Requerimento Empresarial, CCMEI ou Contrato Social com Aditivos;
- b) Documentos dos Sócios. (Legíveis);
- c) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Certidão Conjunta de Regularidade de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES
RUA JOÃO RAIMUNDO DE OLIVEIRA S/Nº - CENTRO, SIMÕES – PIAUÍ
CNPJ Nº 06.553.853/0001-37



- e) Certidão Negativa de Regularidade com a Dívida Ativa do Estado;
- f) Certidão Negativa de Regularidade com Débitos Estaduais;
- g) Certidão Negativa de Regularidade com Tributos Municipais;
- h) Certidão Negativa de Regularidade com a Dívida Ativa Municipal;
- i) Certidão de Regularidade do FGTS;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- k) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- l) Consulta Consolidada de Idoneidade: TCU, CNJ, CEIS E CNEP;
- m) Declaração que inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- n) Declaração que o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- o) Declaração de pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- p) Declaração de responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- q) Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;
- r) Declaração de cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021

Qualificação Técnica:

- a) A empresa ou interessados, deverão apresentar Atestado (s) de Capacidade Técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando capacidade para a execução do objeto pretendido,
- b) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.
- c) O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá observar requisitos técnicos, funcionais e operacionais mínimos indispensáveis à adequada implantação, funcionamento, manutenção e suporte da solução de gestão patrimonial, garantindo eficiência, segurança, continuidade dos serviços públicos e conformidade com a legislação aplicável.

A contratada deverá fornecer solução informatizada completa para controle e gestão patrimonial, em ambiente compatível com a infraestrutura tecnológica da Administração Municipal, contemplando implantação, parametrização, treinamento, suporte técnico, atualização tecnológica, manutenção corretiva e



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES
RUA JOÃO RAIMUNDO DE OLIVEIRA S/Nº - CENTRO, SIMÕES – PIAUÍ
CNPJ Nº 06.553.853/0001-37



evolutiva, além da realização do inventário e tombamento físico dos bens patrimoniais do Município de Simões – PI.

Requisitos Técnicos

A solução deverá:

- Operar em ambiente web, com acesso mediante login e senha individualizados, permitindo controle de perfis e níveis de acesso por usuário;
- Possuir banco de dados seguro, com mecanismos de proteção contra perda, alteração indevida ou vazamento de informações;
- Permitir armazenamento e processamento das informações em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018);
- Disponibilizar rotinas de backup e recuperação de dados;
- Ser compatível com os principais navegadores de internet atualizados;
- Possibilitar funcionamento em rede local e/ou acesso remoto via internet;
- Possuir interface intuitiva e de fácil operacionalização;
- Disponibilizar atualizações tecnológicas e correções durante toda a vigência contratual, sem ônus adicional para a Administração;
- Garantir disponibilidade mínima operacional de 95% (noventa e cinco por cento), excetuadas paradas programadas previamente comunicadas.

Requisitos Funcionais

O sistema deverá contemplar, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

Inventário e Tombamento Patrimonial

- Cadastro detalhado dos bens patrimoniais;
- Geração de número patrimonial único para cada item;
- Emissão e controle de plaquetas patrimoniais;
- Registro de especificações técnicas, marca, modelo, número de série, valor de aquisição, data de incorporação, fornecedor e situação do bem;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES
RUA JOÃO RAIMUNDO DE OLIVEIRA S/Nº - CENTRO, SIMÕES – PIAUÍ
CNPJ Nº 06.553.853/0001-37



- Classificação dos bens conforme natureza e grupo patrimonial.

Controle de Movimentação

- Registro de transferências entre secretarias, setores e unidades administrativas;
- Controle de localização física dos bens;
- Histórico de movimentações e responsáveis;
- Emissão de termos de responsabilidade.

Gestão Contábil e Depreciação

- Cálculo automático da depreciação dos bens conforme vida útil e normas aplicáveis ao setor público;
- Emissão de relatórios patrimoniais e contábeis;
- Controle de reavaliação, baixa, alienação e inservibilidade dos bens;
- Emissão de demonstrativos destinados à prestação de contas e atendimento aos órgãos de controle.

Manutenção dos Bens

- Controle de manutenções preventivas e corretivas;
- Registro de intervenções realizadas;
- Histórico de manutenção por item patrimonial;
- Programação de revisões e acompanhamentos periódicos.

Relatórios Gerenciais

- Emissão de inventários físicos e financeiros;
- Relatórios por secretaria, unidade administrativa, responsável ou categoria de bens;
- Indicadores gerenciais relativos à situação patrimonial;
- Exportação de relatórios em formatos PDF e/ou planilhas eletrônicas.

Requisitos Operacionais

A contratada deverá:

- Realizar levantamento, inventário físico e tombamento dos bens existentes no Município;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES
RUA JOÃO RAIMUNDO DE OLIVEIRA S/Nº - CENTRO, SIMÕES – PIAUÍ
CNPJ Nº 06.553.853/0001-37



- Fornecer e afixar plaquetas patrimoniais resistentes e apropriadas ao uso contínuo;
- Efetuar migração de dados eventualmente existentes, sem perda de informações;
- Implantar o sistema em prazo compatível com o cronograma da Administração;
- Ministrando treinamento presencial ou remoto aos servidores designados;
- Disponibilizar suporte técnico durante o horário de expediente da Prefeitura, por meio telefônico, eletrônico ou remoto;
- Atender solicitações de suporte corretivo em prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis;
- Corrigir falhas críticas identificadas no sistema em prazo compatível com a gravidade da ocorrência;
- Manter sigilo sobre todas as informações acessadas em razão da execução contratual.

Critérios e Práticas de Sustentabilidade

A execução contratual deverá observar práticas de sustentabilidade e racionalização de recursos, mediante:

- Prioridade à tramitação eletrônica de documentos e relatórios, reduzindo o consumo de papel;
- Utilização de sistema digital para armazenamento e gerenciamento das informações patrimoniais;
- Incentivo à racionalização de impressões;
- Utilização de materiais duráveis e resistentes nas plaquetas patrimoniais, visando maior vida útil e redução de substituições;
- Observância, sempre que aplicável, das diretrizes ambientais previstas na legislação vigente e nos normativos de sustentabilidade da Administração Pública.

Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho

Os serviços deverão ser executados com observância aos princípios da eficiência, continuidade, segurança e confiabilidade, atendendo aos seguintes padrões mínimos:

- Precisão e integridade das informações cadastradas;
- Estabilidade e regularidade operacional do sistema;
- Atualização contínua da solução tecnológica;
- Atendimento tempestivo às demandas de suporte;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES
RUA JOÃO RAIMUNDO DE OLIVEIRA S/Nº - CENTRO, SIMÕES – PIAUÍ
CNPJ Nº 06.553.853/0001-37



- Capacitação adequada dos usuários;
- Conformidade com normas contábeis aplicáveis ao patrimônio público;
- Garantia de rastreabilidade das informações patrimoniais e das movimentações realizadas.

O descumprimento das condições estabelecidas poderá ensejar aplicação das sanções previstas no instrumento contratual e na legislação pertinente

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

O contratante deverá:

- a) Assegurar o fornecimento de todas as informações e documentos necessários para o perfeito cumprimento do objeto contratual.
- b) Realizar os pagamentos ao contratado de acordo com o cronograma estabelecido no contrato, conforme a entrega do objeto ou cumprimento das etapas previstas.
- c) Fornecer os recursos e infraestrutura necessários para a execução do contrato, quando aplicável.
- d) Designar, quando necessário, representantes para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assegurando o cumprimento dos termos acordados.
- e) Proceder com a análise e aprovação dos serviços ou produtos entregues, conforme os parâmetros de qualidade e prazos definidos.
- f) Comunicar formalmente à contratada qualquer irregularidade identificada na execução do objeto, com a devida correção ou ajustes.

A contratada deverá:

- a) Executar o objeto contratado de forma diligente, utilizando materiais, técnicas e métodos adequados, conforme as especificações estabelecidas no contrato.
- b) Cumprir os prazos acordados para a entrega do objeto, sob pena de penalidades previstas no contrato.
- c) Garantir que o produto ou serviço fornecido atenda às condições de qualidade e desempenho especificadas no edital e no contrato.
- d) Observar as condições de segurança, saúde e meio ambiente durante a execução do contrato, atendendo a todas as normas legais aplicáveis.
- e) Informar o contratante sobre qualquer dificuldade ou imprevisto que possa afetar a execução do contrato, possibilitando a tomada de medidas corretivas.
- f) Manter durante toda a execução do contrato a regularidade fiscal e trabalhista, incluindo a comprovação de suas obrigações perante o fisco e a seguridade social.



7. DA SUBCONTRATAÇÃO

Fica expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta licitação, em qualquer hipótese. A empresa contratada deverá executar o objeto com seus próprios recursos, não podendo transferir a terceiros a execução de qualquer parte do serviço ou fornecimento contratado. O descumprimento desta condição poderá implicar em penalidades previstas na Lei 14.133/2021, incluindo a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis.

8. DA GESTÃO DO CONTRATO

- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- c) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d) O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7. DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8. DAS ATRIBUIÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO

- a) Fazer o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato.
- b) Acompanhar o andamento dos trabalhos na fase de execução.
- c) Recomendar medidas saneadoras, verificar o cumprimento das obrigações assumidas proceder os devidos registros e comunicar as autoridades superiores os casos de infração, suscetíveis de aplicação de pena pecuniária ou de rescisão contratual.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES
RUA JOÃO RAIMUNDO DE OLIVEIRA S/Nº - CENTRO, SIMÕES – PIAUÍ
CNPJ Nº 06.553.853/0001-37



- d) Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- e) Verificar os recursos materiais e humanos empregados na execução do contrato;
- f) Verificar se a forma de execução do objeto do Contrato, está de acordo com o disposto no Edital, Termo de Referência e no instrumento contratual;
- g) Cobrar da contratada o cumprimento do Contrato;
- h) Manter contato com a contratada de modo a promover todo tipo de interlocução operacional;
- i) Comunicar a Administração e Gestor de Contratos as ocorrências de cumprimento e de descumprimento detectadas; podendo propor medidas que melhorem a execução contratual;
- j) Solicitar a Administração as providências que ultrapassem a sua competência;
- k) Promover o registro documentado de todas as ocorrências contratuais diretamente relacionadas às obrigações assentadas no processo licitatório;
- l) Manter comunicação com o Setor de Gestão de Contratos visando o bom andamento da execução contratual;
- m) Atestar, em documento hábil, o fornecimento, a entrega, a prestação de serviço ou a execução da obra, após conferência prévia do objeto contratado; encaminhando a Nota Fiscal / Fatura ao Setor Financeiro/Contabilidade dentro de no máximo 5 (cinco) dias após o seu recebimento.
- n) Solicitar a prorrogação do prazo de vigência contratual, se for o caso, manifestando acerca da necessidade e da qualidade de execução do contrato;
- o) Paralisar a execução do contrato diante de graves descumprimentos pelo fornecedor ou riscos para a Administração; Sugerir as pertinentes aplicações de penalidades, descrevendo claramente a penalidade cabível em cada caso, encaminhando posteriormente ao Setor de Gestão de Contratos;
- p) Solicitar junto ao contratado a entrega dos materiais e serviços de acordo com o contrato firmado.

9. DA CONTRATAÇÃO

a. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente. **(Nota explicativa: De acordo com o art. 95 da Lei nº 14.133/21, o termo de contrato é facultativo nas contratações fundadas no art. 75, incisos I e II (dispensa por valor) e no caso de compras com entrega imediata. Assim, caso não haja termo de contrato, este poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, como carta contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, nos quais deve constar expressamente a vinculação à proposta e aos termos do aviso de dispensa. A redação do presente tópico procura abarcar ambas as hipóteses, sem prejuízo de eventuais ajustes que se façam necessários).**



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES
RUA JOÃO RAIMUNDO DE OLIVEIRA S/Nº - CENTRO, SIMÕES – PIAUÍ
CNPJ Nº 06.553.853/0001-37



- b. O adjudicatário terá o prazo de 2(dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- c. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- d. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira.

11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA FORMAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

A estimativa de preços é de **R\$ 60.533,33** (sessenta mil quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), balizado em cotação eletrônica realizada pelo banco de Preço Negócios Públicos. **Conforme cotação em anexa.**

13. DA PREVISÃO ORÇAMENTARIA

As despesas para atender a esta contratação estão programadas na seguinte dotação orçamentária do orçamento público municipal de 2025, que abaixo segue:

PLANO: 27.812.2701.1032

ELEMENTO: 44.90.51

FONTE: 500 - REC PRÓPRIO



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES
RUA JOÃO RAIMUNDO DE OLIVEIRA S/Nº - CENTRO, SIMÕES – PIAUÍ
CNPJ Nº 06.553.853/0001-37



14. DA PROPOSTA

- a) A proposta deve discriminar pormenorizadamente o produto cotado, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica dos mesmos;
- b) Discriminar o prazo de início do serviço a ser contratado, a partir da assinatura do contrato;
- c) Conter o nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;
- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data da apresentação;
- e) A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com a especificação em conformidade com o solicitado;

15. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Aprovo o presente termo de referência em conformidade com o artigo 7º, §2º, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos.

Simões -PI, 26 de maio de 2026.

JOSÉ WILSON DE CARVALHO
SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO